



21 A 23 DE NOVEMBRO DE 2025
XXX ENAPET

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E DIREITOS HUMANOS:
DESAFIOS ÉTICOS PARA O SÉCULO XXI

ENTRE A AVALIAÇÃO E O SILENCIAMENTO: EPISTEMICÍDIO E RESISTÊNCIAS AO IDEB EM ESCOLAS INDÍGENAS⁴

Autores(as): Jônatas Oliveira Santos; João Luiz Simplicio Porto; Luísa de Melo de Castro

Tutor(a): João Luiz Simplicio Porto;

E-MAIL(S) DO(S) GRUPO(S);

Programa de Educação Tutorial (PET) Conexões de Saberes Educação: Licenciaturas;

Universidade Federal do Espírito Santo.

SANTOS, J. O.¹; PORTO, J. L. S.² CASTRO, L. M.³

¹Grupo PET- Conexões de Saberes Educação: Licenciaturas, UFES, Campus Goiabeiras;

²Tutor do Grupo PET-Conexões de Saberes Educação: Licenciaturas, UFES, Campus Goiabeiras.

³E-mail: jonatas.o.santos@edu.ufes.br; petlicufes2@gmail.com; luisa.castro@edu.ufes.br.

⁴CNPq: Educação. CCT/PR: Educação, economia e sociedade. ODS: 4 - Educação de Qualidade; 10 - Redução das desigualdades.

RESUMO: Com esse estudo vamos analisar o impacto das avaliações padronizadas, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), sobre as escolas indígenas do município de Aracruz, Espírito Santo. A pesquisa evidencia como essas políticas de mensuração da qualidade educacional podem reproduzir desigualdades e contribuir para o apagamento de práticas pedagógicas interculturais. Fundamentado em diálogos teóricos confluenciando Pierre Bourdieu (1982), Maria Helena Souza Patto (1999), Sueli Carneiro (2005), Boaventura de Sousa Santos (2012), o trabalho apresenta reflexões desenvolvidas no âmbito do Programa de Educação Tutorial (PET) Conexões de Saberes – Educação: Licenciaturas da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), por meio do projeto de extensão *Amefricanidades*. Foram realizadas visitas de campo e conversas com duas professoras — uma de etnia Guarani e outra Tupiniquim, etnias dessa região — que revelaram tensões em torno da adesão às avaliações externas. Enquanto a escola que participou das avaliações recebeu recursos financeiros, a que se recusou enfrentou dificuldades orçamentárias. Esse contraste expõe a contradição entre a legislação que prevê uma educação diferenciada e a prática das políticas avaliativas, que desconsideram contextos culturais e epistemológicos diversos. O estudo aponta para a necessidade de repensar o conceito de



XXX ENCONTRO NACIONAL DOS GRUPOS PET
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB)
Campus Darcy Ribeiro, Asa Norte
70910-900, Brasília - DF





21 A 23 DE NOVEMBRO DE 2025
XXX ENAPET

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E DIREITOS HUMANOS: DESAFIOS ÉTICOS PARA O SÉCULO XXI

qualidade educacional a partir de uma perspectiva de justiça cognitiva e reconhecimento cultural.

Palavras-chave: IDEB; Educação escolar indígena; Violência simbólica; Testes padronizados.

BETWEEN ASSESSMENT AND SILENCING: EPISTEMICIDE AND RESISTANCE IN THE IDEB OF INDIGENOUS SCHOOLS

ABSTRACT : This study examines the impact of standardized assessments, such as the Basic Education Development Index (IDEB), on Indigenous schools in the municipality of Aracruz, Espírito Santo, Brazil. The research reveals how educational quality measurement policies can reproduce inequalities and contribute to the erasure of intercultural pedagogical practices. Grounded in theoretical dialogues with Pierre Bourdieu (1982), Maria Helena Souza Patto (1999), Sueli Carneiro (2005), and Boaventura de Sousa Santos (2012), the study presents reflections developed within the Tutorial Education Program (PET) *Conexões de Saberes – Educação: Licenciaturas* at the Federal University of Espírito Santo (Ufes), through the extension project *Amefricanidades*. Field visits and conversations with two teachers — one Guarani and one Tupiniquim — revealed tensions regarding adherence to external evaluations. While the school that participated in the assessments received financial resources, the one that refused faced budgetary difficulties. This contrast exposes the contradiction between legislation that guarantees differentiated education and evaluative practices that disregard diverse cultural and epistemological contexts. The study underscores the need to rethink the concept of educational quality from a perspective of cognitive justice and cultural recognition.

Keywords: IDEB; Indigenous schooling; symbolic violence; standardized testing.

Introdução

A criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), em 2007, marcou um ponto de virada na forma como o Estado brasileiro passou a compreender e gerir a educação. Desde então, a escola pública tem sido cada vez mais atravessada por uma lógica de controle e comparação. Números e metas passaram a falar mais alto do que as histórias, culturas e contextos sociais que deveriam flexibilizar o currículo aplicado na escola. As provas, antes vistas como instrumentos de diagnóstico, transformaram-se em mecanismos para o



XXX ENCONTRO NACIONAL DOS GRUPOS PET
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB)
Campus Darcy Ribeiro, Asa Norte
70910-900, Brasília - DF





21 A 23 DE NOVEMBRO DE 2025
XXX ENAPET

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E DIREITOS HUMANOS: DESAFIOS ÉTICOS PARA O SÉCULO XXI

ranqueamento, regulação e responsabilização de professores e da escola, (RAVITCH, 2011) aumentando o nicho de exclusão pela desqualificação da Educação Pública e do trabalho docente, (AFONSO, 2009) tudo isso sob a égide da *accountability*, ou prestação de contas. Sob o discurso da “qualidade mensurável”, (FREITAS, 2018) a política de avaliação na educação brasileira passou a valorizar o que pode ser contado e, muitas vezes, a desconsiderar o que não cabe em planilhas. A autonomia pedagógica dos professores, a valorização de suas práticas e até a própria concepção de aprendizagem, atualmente, são moldadas por essa racionalidade técnica. A escola, nesse contexto, é chamada a “provar” sua “eficiência” diante de uma matriz que, raramente, reconhece sua singularidade: a dos testes padronizados.

Quando a lógica da *accountability* chega aos contextos da Educação Escolar Indígena, a produção de desqualificação e desigualdades se aprofundam, pois o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) é resultado de testes padronizados associados ao Indicador de Nível Socioeconômico (Inse), critérios que pouco dialogam com os currículos bilíngues, com os saberes comunitários ou com as temporalidades da aprendizagem tradicional indígena – no caso dos testes – e retroalimentam a ideia de uma (PATTO, 1999) “carência cultural” quando associada, erroneamente, às condições econômicas.

Dessa tensão que nasce uma proposta de uma atividade de pesquisa desenvolvida no âmbito do PET Licenciaturas da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) tendo como ponto de inquietação, problemática e questionamento: como defender uma “educação diferenciada e específica” nas Educação Escolar Indígena se todas as escolas são medidas, punidas e recompensadas por avaliações pautadas numa discrepância curricular?

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) estabelece que a União apoiará técnica e financeiramente os sistemas de ensino no provimento da Educação Intercultural às comunidades indígenas, desenvolvendo programas integrados de ensino e pesquisa, para a oferta, principalmente, de uma Educação bilíngue e intercultural. Essa determinação legal assegura aos povos indígenas o direito de preservar suas línguas, seus



XXX ENCONTRO NACIONAL DOS GRUPOS PET
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB)
Campus Darcy Ribeiro, Asa Norte
70910-900, Brasília - DF





21 A 23 DE NOVEMBRO DE 2025
XXX ENAPET

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E DIREITOS HUMANOS: DESAFIOS ÉTICOS PARA O SÉCULO XXI

saberes e suas formas próprias de organização social. Mais tarde, o Ministério da Educação (BRASIL, 2009), reforçou essa orientação ao instituir os Territórios Etnoeducacionais que têm como objetivo central garantir uma educação escolar específica, diferenciada, intercultural, bilíngue e comunitária, respeitando as práticas socioculturais e as formas próprias de organização dos povos indígenas.

As políticas quanto à Educação Escolar Indígena representam avanços importantes no reconhecimento da diversidade cultural brasileira, contudo, entre a letra da lei e a realidade das aldeias, persiste uma distância marcada por desigualdades e contradições. Na prática, a promessa de uma Educação Intercultural, frequentemente esbarra nas exigências de um Estado Avaliador (AFONSO, 2009) que cobra por meios uniformes e padronizados, resultados para o ranqueamento desqualificado de escolas em todo o país. Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron (1982), mostram que o sistema escolar tende a legitimar as desigualdades sociais ao transformar o capital cultural das classes dominantes em capital escolar legítimo. Nesse movimento, a escola converte privilégios herdados em mérito aparente. É aí que se instala o que os autores consideram uma violência simbólica – a capacidade de fazer parecer justo aquilo que é socialmente desigual. Sob o disfarce da meritocracia, o sucesso escolar deixa de ser um produto das condições sociais e passa a ser visto como um dom individual, transformando o projeto de escola que tem suas premissas na coletividade. Nas avaliações em larga escala, essa violência simbólica se manifesta de forma especialmente perversa, a de uma “avaliação universal” que se apresenta como neutra e indicadora de “qualidade”, mas privilegia quem já domina os códigos culturais valorizados pelo Estado. O que parece ser uma medida justa e igualitária acaba reforçando a desigualdade, mascarada sob o discurso técnico de uma suposta objetividade.

Maria Helena Souza Patto (1999) amplia esse olhar ao revelar que o chamado fracasso combater as desigualdades, costuma reproduzi-las, individualizando problemas que são coletivos. Assim, quando uma escola indígena alcança uma nota baixa no Ideb, o discurso oficial tende a culpar o ensino, os professores ou os estudantes, ignorando que a própria



XXX ENCONTRO NACIONAL DOS GRUPOS PET
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB)
Campus Darcy Ribeiro, Asa Norte
70910-900, Brasília - DF





21 A 23 DE NOVEMBRO DE 2025
XXX ENAPET

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E DIREITOS HUMANOS: DESAFIOS ÉTICOS PARA O SÉCULO XXI

métrica foi criada sem levar em conta os modos indígenas de aprender e ensinar, apagando seu currículo e sua cultura.

Sueli Carneiro (2005) nomeia esse apagamento de epistemicídio, que marca a destruição sistemática dos modos de conhecer e existir dos povos negros e indígenas. Quando o Estado impõe um único modelo de avaliação, baseado em uma racionalidade ocidental e técnica, ele comete o epistemicídio e invalida os saberes ancestrais e potencializa as formas hegemônicas de medir o conhecimento.

Epistemicídio, então, não é apenas a negação do outro enquanto sujeito pensante, mas a destruição dos próprios instrumentos de produção de saber desse outro. Trata-se da morte de modos de conhecer, da anulação de outros modos e saberes que escapam à lógica eurocêntrica, (CARNEIRO, 2005) operando uma violência no plano simbólico, quando os desqualifica e os invisibiliza, e no plano material, quando marginaliza instituições e práticas sociais que sustentam esses saberes. A partir dessa lente, compreende-se que o Estado, ao impor uma única forma de avaliação – padronizada e sob uma premissa não-indígena, reafirma a exclusão de outras epistemes, outros mundos possíveis.

Boaventura de Sousa Santos (2018) aprofunda esse debate ao propor as Epistemologias do Sul, defendendo que o conhecimento válido não pode ser reduzido à lógica moderna ocidental. Aplicado à educação, esse pensamento convoca a escola a reconhecer a pluralidade dos saberes e das formas de aprender, sob o risco de perpetuar a injustiça cognitiva — a desigualdade no direito de produzir e validar conhecimento.

Métodologia

Esta pesquisa nasceu de forma coletiva, dentro do Programa de Educação Tutorial (PET) Conexões de Saberes – Educação: Licenciaturas da Universidade Federal do Espírito Santo, como desdobramento do projeto de extensão Amefricanidades, que busca aproximar os participantes do PET Licenciaturas das culturas locais de grupos Amefricanos e Indígenas, reconfigurando a docência para um olhar contra colonial que valoriza saberes tradicionais e de grupos estigmatizados como “subalternos”.



XXX ENCONTRO NACIONAL DOS GRUPOS PET
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB)
Campus Darcy Ribeiro, Asa Norte
70910-900, Brasília - DF





21 A 23 DE NOVEMBRO DE 2025
XXX ENAPET

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E DIREITOS HUMANOS: DESAFIOS ÉTICOS PARA O SÉCULO XXI

Os dados, analisados sob uma abordagem qualitativa (PRODANOV e FREITAS, 2013), são evidenciados quando duas professoras compartilharam vivências que revelaram as Tupiniquim (Tupinikim, Tupinakyia), contou ter aderido às avaliações externas, em prol de uma defesa para o recebimento de recursos, em sua escola, vinculados aos resultados dos testes ranqueados no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. A escola da outra professora, da etnia Guarani (Nhãdewa'e), escolheu não participar das provas, uma decisão que trouxe consequências duras como o corte de apoio financeiro e sensação de isolamento institucional. Essas narrativas tocaram profundamente o grupo PET e provocaram uma pergunta que ecoou entre nós: como uma política pública, criada para garantir direitos, pode acabar se tornando instrumento de exclusão?

A partir dessa inquietação, o grupo iniciou um processo de estudo e reflexão, e hoje, se encontrar em processo a análise de documentos oficiais, a revisão de legislações e com foco em mergulharmos em um aporte teórico que ajude a compreender a complexidade desse cenário. Mais do que um exercício acadêmico, tomou-se como instrumento de pesquisa a escuta (SMITH, 2018) numa tentativa de compreender as formas de resistência que as escolas indígenas constroem diante de políticas que, muitas vezes, tentam silenciá-las

Enquanto a legislação garante a diferença, o Ideb exige uma premissa errônea de "igualdade" para comparar as escolas. Esta contradição gera o que Porto (2013) identificou como "sulficações construídas dentro do norte" quanto ao próprio sistema educacional brasileiro, que cria hierarquias entre saberes e onde escolas indígenas são posicionadas como "sul epistemológico" a ser civilizado, sob a premissa de uma "prestação de contas" pelo "norte" dos testes padronizados.

Seguindo o exemplo de resistência documentado por Porto (2013) nos movimentos "We're Not Waiting for Superman" nos EUA, surge uma resistência epistêmica na escola Guarani (Nhãdewa'e) que recusou-se a participar, integralmente, da testagem padronizada – alinhada a um currículo não-indígena. Como consequência, segundo alguns entrevistados, viu-se excluída de recursos, configurando o que Porto (2013) denominou de "exclusão por preceitos étnico-raciais". Escola Tupiniquim: A adesão sob coação - Similar às "Charter Schools"



XXX ENCONTRO NACIONAL DOS GRUPOS PET
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB)
Campus Darcy Ribeiro, Asa Norte
70910-900, Brasília - DF





INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E DIREITOS HUMANOS:
DESAFIOS ÉTICOS PARA O SÉCULO XXI

estadunidenses analisadas por Porto (Idem), algumas escolas Tupiniquim (Tupinikim, Tupinakyã), que precisavam adequar-se aos testes para sobreviver, aderiram ao regime avaliativo, o que Apple (2005) reconhece como estratégia dos historicamente oprimidos para tomar fôlego na luta contra (FREITAS, 2018; LAVAL, 2004) a visão da escola como uma empresa, tal qual assimilada nos processos de espelhamento de políticas coloniais. O resultado, futuramente, talvez possa significar a progressiva "escolarização nos moldes não-indígenas" do currículo e o abandono do exercício e práticas culturais, um evidente caso de "epistemicídio por assimilação".

Como demonstra Porto (2013), os testes padronizados "dissolvem a autonomia curricular regional e cultural" (p. 33). No contexto indígena, essa dissolução assume caráter epistegenocida causando uma desqualificação da escola e, com isso, uma diáspora étnica, principalmente em aldeias com proximidade urbana, com famílias em busca de escolas não-indígenas para que seu povo não seja marcado como "piores estudantes" ou como tendo "deficiências na aprendizagem". Dessa diáspora resulta a deterioração e destituição dos povos indígenas de suas culturas, saberes, modos de vida e do direito a uma educação diferenciada, bilíngue, intercultural e específica. Por fim, essa diáspora provoca uma volta à ideologia colonial de "civilização" dos povos originários tendo como resultado sua "marginalização" e "desumanização". Aqui se opera uma "produção das diferenças" que Porto (2013) identificou como um mecanismo de exclusão escolar.

A diferença entre as duas escolas visitadas — uma que aderiu, estrategicamente, e outra que resistiu — sintetiza um problema estrutural do Estado condiciona o acesso a recursos à conformidade de seus próprios padrões de avaliação tendo como base ideologias empresariais de "prestação de contas", de competitividade entre as escolas, de ranqueamento para desqualificação e de punição. Nesses termos o Sistema, ele em si, se livra da sua ineficiência em outros campos, e cria um bolsão de exclusão de estudantes, professores, escolas e comunidades inteiras, bem como uma economia da política da obediência, na qual as escolas precisam se adequar para sobreviver, mesmo que isso comprometa seus princípios pedagógicos, culturais e ancestrais.



INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E DIREITOS HUMANOS:
DESAFIOS ÉTICOS PARA O SÉCULO XXI

Sob a ótica de Bourdieu e Passeron (1982), o fenômeno da testagem em massa com vistas numa padronização – sob os auspícios da branquitude – trata-se de um mecanismo de reprodução simbólica: o capital cultural dominante, explícito no conteúdo dos testes que são de língua portuguesa, escrita formal, o raciocínio lógico-matemático eurocentrado; é imposto como critério de excelência e um “norte” a ser perseguido. Em contrapartida, os saberes indígenas – como o conhecimento da terra, história de luta, sua cultura, seus processos de resistência, demarcação de territórios, oralidade, coletividade e a espiritualidade, por exemplo – são deslegitimados e sedimentados como irrelevantes para o “desempenho escolar”, não surgindo como mote de avaliação, que é necessária, mas que precisa se afastar das ideologias de mercado como comparação, desqualificação e punição.

Além disso, o discurso meritocrático, alimentado pelas avaliações externas, individualiza o “fracasso”. Ao invés de discutir as condições de infraestrutura, formação docente ou financiamento, o emprego da avaliação como “transparência e prestação de contas” acaba responsabilizando a escola, os professores ou o estudante pelos resultados. Como adverte Patto (1999), o fracasso é produzido e, depois, naturalizado. A avaliação padronizada também coincide com o que Boaventura de Sousa Santos (2018) chamaria isso de “monocultura da razão moderna”: a crença de que há um único modo legítimo de conhecer, mensurar e ensinar. Quando a escola indígena tenta se enquadrar nessa lógica para garantir recursos, entra em um campo de violência simbólica, onde precisa negociar sua identidade para poder existir.

Conclusões

O desafio, portanto, é político e epistemológico. É preciso romper com a monocultura da avaliação e criar políticas públicas que reconheçam a diversidade de modos de aprender, ensinar e existir. Somente assim será possível transformar o Ideb, do patamar de promotor de um ranqueamento para exclusão, em um instrumento de reflexão crítica sobre que a qualidade, na Educação, está muito mais relacionada às políticas de reconhecimento das culturas, de garantia de acesso e permanência, de equalização na distribuição de recursos para as escolas, da formação de professores, da desierarquização curricular dos saberes nas escolas,



21 A 23 DE NOVEMBRO DE 2025
XXX ENAPET

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E DIREITOS HUMANOS: DESAFIOS ÉTICOS PARA O SÉCULO XXI

da interculturalidade, das estruturas e materiais pedagógicos, dos tempos, contextos e modos de aprendizagem específicos, do entendimento, de fato, do que é o direito à Educação.

Agradecimentos

Meus agradecimentos a todas as pessoas petianas e egressas que contribuíram para a realização da atividade. Também expresseo gratidão ao Ministério da Educação (MEC) e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) pelo apoio financeiro às bolsas, e à Ufes, nosso espaço de aprendizado, trabalho, convivência, afetos e compromisso com a educação em todas as suas dimensões.

Referências

AFONSO, A.J. **Nem tudo o que conta é mensurável ou comparável: crítica à accountability baseada em testes estandardizados e rankings escolares.** Revista Lusófona de Educação, Lisboa, n. 13, p. 13-29, 2009.

BONAMINO, A.; SOUSA, S. Z. de. **Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 373-388, abr./jun. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022012005000006>.

Acesso em: 13 out. 2025.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J.-C. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino.** 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 13 out. 2025.

BRASIL. **Ministério da Educação. Territórios Etnoeducacionais: diretrizes para a política de educação escolar indígena.** Brasília, DF: MEC/SECAD, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad>. Acesso em: 13 out. 2025.

CARNEIRO, S. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser.** 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://repositorio.usp.br>. Acesso em: 13 out. 2025.



XXX ENCONTRO NACIONAL DOS GRUPOS PET
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB)
Campus Darcy Ribeiro, Asa Norte
70910-900, Brasília - DF





21 A 23 DE NOVEMBRO DE 2025
XXX ENAPET

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E DIREITOS HUMANOS:
DESAFIOS ÉTICOS PARA O SÉCULO XXI

- FREITAS, L. C. de. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- LAVAL, C. **A Escola não é uma empresa: o neo-liberalismo em ataque ao ensino público**. Londrina: Editora Planta, 2004.
- PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.
- PORTO, C. **Sulficações construídas dentro do norte: epistemologias críticas e desigualdade educacional**. Salvador: EDUFBA, 2013.
- PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.
- RAVITCH, D. **Vida e morte do grande sistema escolar americano: como os testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam a educação**. Porto Alegre: Sulina, 2011.
- SANTOS, B. de S. **O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.
- SMITH, Linda Tuhiwai. **Descolonizando Metodologias: Pesquisa e Povos Indígenas**, Curitiba: Ed. UFPR, 2018.



XXX ENCONTRO NACIONAL DOS GRUPOS PET
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB)
Campus Darcy Ribeiro, Asa Norte
70910-900, Brasília - DF

